



O CAPITALISMO DE PLATAFORMA E NOVA COLONIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Anna Izabel Santos Mariano Muniz¹

Igor Tairone Ramos Dos Santos²

RESUMO: O avanço exponencial das plataformas web e sua acentuada inserção nas dinâmicas sociais têm afetado diretamente a educação pública. Esse cenário foi um mobilizador para objetivarmos, neste trabalho, uma análise sobre os riscos aos quais a educação pública brasileira vem sendo exposta perante os interesses das empresas privadas por meio de suas plataformas digitais. A metodologia utilizada foi qualitativa, a partir da revisão de literatura (Cellard, 2008), uma vez que oportuniza uma compreensão teórica do tema investigado por meio de documentos diversos. Nesse sentido, recorreremos, principalmente, à bibliografia atualizada sobre o Capitalismo de Vigilância e as Plataformas Digitais, com Zuboff (2018), Srnieck (2017) Pretto et. Al (2021). Como resultados parciais, verificamos: a necessidade de se pensar a educação pública para além da utilização de plataformas digitais, que além de não solucionarem o problema crítico da educação, que se trata do acesso à tecnologia na escola, ainda promovem na educação pública uma nova colonização da educação cujo mercado são os dados sobre o comportamento e os perfis dos integrantes do corpo educacional, como alunos e professores.

PALAVRA CHAVE: Capitalismo de Plataforma, Políticas Públicas, Tecnologia Digital.

INTRODUÇÃO

Segundo Mészáros (2002), o capitalismo potencializa seus mecanismos de exploração e os modifica através de crises de modo que os grupos no poder desenvolvem diferentes formas de aumentar exploração da mão de obra, assim como criar demandas para absorção de seus produtos. Durante as crises dos anos 80 e 90, os países desenvolvidos e também Organizações Internacionais, buscaram implementar nos países em desenvolvimento uma série de ideias de cunho neoliberal, cujo principal objetivo, é a valorização e priorização das empresas privadas nos serviços públicos. Para Soares (2000), nos países em desenvolvimento os serviços públicos estariam fragilizados, e por isso, necessitam de maior investimento das empresas privadas, os convertendo num

¹ Mestranda em Educação na Universidade Federal da Bahia/UFBA.

² Bolsista FAPESB. Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Bahia.

mercado a ser explorado pelas empresas e que agora também explora os dados pessoais produzidos na internet

Segundo D'Andrea (2020), as plataformas digitais são infraestruturas que conectam pessoas e serviços, sendo constituídas de uma arquitetura computacional com base na conectividade e no intercâmbio de dados, e em “robustas infraestruturas tecnológicas – em geral, nomeadas como servidores ‘na nuvem’ –, as plataformas se consolidam a partir de um modelo centralizado de fluxos informacionais e financeiros” (p. 16). Observa-se que, a adoção de plataforma tem sido uma das políticas seguidas por diversas instituições públicas. Porém, fica o questionamento: qual seria o verdadeiro interesse dessas empresas no terreno educacional? Assim, discutimos neste texto como as plataformas digitais privadas têm adentrado a educação e contribuindo para inserção na educação num processo denominado Capitalismo de Vigilância.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia da pesquisa é documental qualitativa, uma vez que a pesquisa qualitativa oportuniza um universo de significados, motivos, aspirações que correspondem aos processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2000). É um trabalho documental, uma vez que oportuniza uma compreensão teórica do tema investigado por meio de documentos, processos, comunidades virtuais, grupos e pessoas envolvidas com a educação e/ou tecnologias.

Levantamos os dados pela organização de textos, documentos e publicações em vídeos, podcasts e relatórios pela identificação dos temas sobre educação, tecnologia, capitalismo de vigilância e privatização da educação. A revisão de literatura, nesse sentido, foi imprescindível, pois promove um aprofundamento da bibliografia disponível em livros, repositórios institucionais, revistas, textos e artigos científicos.

Para a discussão aqui empreendida é importante compreender as forças e os fenômenos que fertilizaram a consolidação do setor empresarial na política e educação pública se faz presente, pois é a partir daí que pensamos as novas reconfigurações dos mecanismos de sua produção. Frigotto (2008) compreende a relação dos homens com o

pensamento, produção do saber e atuação na sociedade como fruto de movimentos históricos e contraditórios, resultando na percepção da realidade humana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na tentativa de solucionar alguns problemas impostos pela pandemia em, sobretudo na educação, algumas empresas de plataformas ofereceram seus serviços de tecnologia com o objetivo de suprir uma demanda estabelecida pelo vírus, tais empresas são as chamadas *big tech*, que se tratam de empresas multinacionais norte-americanas mais poderosas em tecnologia e informação, conhecidas pelo acrônimo GAFAM: Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft. No contexto destas empresas, para Zuboff (2020), o Google é pioneiro em uma nova modalidade de acumulação, a qual se define pela extração de dados comportamentais no meio digital, que são transformados em mercadoria. A empresa Alphabet atingiu recorde de lucro durante a pandemia da Covid-19, além de ter sido a “solução” pedagógica encontrada pelas escolas, secretarias e universidades brasileiras.

Esta modalidade de acumulação é chamada por Srnicek (2017) de Capitalismo de Plataforma, ele caracteriza esta nova forma de economia mundial como dependente das grandes empresas de tecnologia na qual se baseia as plataformas, cuja atuação se dá pela exploração econômica de dados. Srnicek (2017) levanta quatro características principais sobre o capitalismo de plataforma: a primeira corresponde às plataformas como organizadoras de mercado, sobretudo pela mediação entre diferentes grupos. A segunda característica diz respeito à rotatividade lucrativa: quanto mais pessoas usam essas plataformas, mais eficiente ela se torna, levando consigo uma tendência à monopolização. A terceira característica: os serviços não monetizados atraem mais usuários para depois oferecer outro serviço similar da mesma plataforma, porém, com preço superior. E a última: as plataformas possuem regras de interação que geram e distribuem valores dentro de um ecossistema. Portanto, são hegemônicas em serviços de governança. O referido autor também ressalta que as empresas de tecnologia oferecem a infraestrutura para armazenar dados de empresas, governo e universidades em nuvens.

A permeabilidade das plataformas digitais na educação é possibilitada, especialmente, pelas políticas públicas que fomentam a inserção tecnológica nas escolas

(CRUZ E VENTURINI, 2020). os acordos das suas compras e contratações são protegidos, muitas vezes inacessíveis, a não ser que exista intermediação legal, assim não é possível termos uma noção explícita do que será feito com os dados e metadados produzidos pelos usuários, os mecanismos de operação das plataformas, nem os objetivos deste sistema na educação (*idem*). Também, não é possível inferir se é criada dependência destas plataformas para a condução das atividades e/ou se há impactos para o ensino e a aprendizagem no ambiente escolar.

Segundo o Comitê Gestor de Internet no Brasil/CGI.br (2022), em média, 14% das escolas públicas já utilizavam algum tipo de plataforma privada em seus processos educacionais antes da pandemia, e quando juntamos este dado às escolas privadas, este número sobe para 28%. Por sua vez, o Programa Educação Viggiada realizou um mapeamento dos municípios com mais de 500 mil habitantes no país e nele pôde constatar que pelo menos a metade destas cidades estava usando alguma plataforma digital privada pertencente às empresas Alphabet Inc., Meta³ e/ou Amazon (CGI, 2022).

CONCLUSÕES

É importante discutir a adoção de plataformas privadas na educação, pois sua utilização indiscriminada transforma a educação em um mercado de dados. Para isto, devemos politizar o debate sobre as políticas públicas, assim como discutir como vem ocorrendo a participação de empresas em sua elaboração e implementação, evitando gerar precedentes para exploração da educação também no meio digital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CGI.BR. **Educação em um cenário de plataformização e de economia dos dados [livro eletrônico]** : problemas e conceitos. São Paulo,: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br, 2022.

CRUZ, L. R. da; VENTURINI, J. R. **Neoliberalismo e crise: o avanço silencioso do capitalismo de vigilância na educação brasileira durante a pandemia da Covid-19.** Revista Brasileira de Informática na Educação, v. 28, n. 0, p. 1060–1085, 15 dez. 2020.

D'ANDREA, Carlos. Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos. 2020.

³ Empresa que controla Facebook, Instagram, Whatsapp e dispõe de outros serviços.



PROEX
Pró-Reitoria de
Extensão e Assuntos
Comunitários



Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32043>. Acesso em: 18 jun. 2022.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002. 1.104 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro, RJ: Abrasco, 2007.

SOARES, Laura T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2002.- (Coleção Questões da Nossa época; v. 78).

SRNICEK, N. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism** : the fight for a human future at the new frontier of power. New York: PublicAffairs, 2018.